

- REQUERIMENTO Número / (.ª)
- PERGUNTA Número / XII (4 .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto: A CarrisBus, a necessidade da sua integração na Carris e a contraditória separação que tem sido forçada até agora

Destinatário: Min. da Economia

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Uma das particularidades da atual tentativa de privatização da Carris é o facto de se assumir que a CarrisBus (que assegura a manutenção e reparação da frota) deverá ser extinta e integrada na subconcessão da Carris.

Esta é uma das medidas que ilustram bem a criminosa política que vem sendo imposta ao sector dos transportes. Recordamos que a CarrisBus foi criada pela Carris como empresa autónoma, em nome de supostos critérios de “eficácia de gestão”.

Importa ainda recordar que, logo na altura, as organizações representativas dos trabalhadores desmascararam essa operação e alertaram que os verdadeiros objetivos do Governo eram os de reduzir o preço da força de trabalho nos sectores oficiais, nomeadamente contratando à margem de qualquer acordo coletivo, e reduzir ainda a capacidade de luta dos trabalhadores da Carris através da sua divisão.

De facto, ao longo de toda a vida da CarrisBus os trabalhadores nunca conseguiram impor a realização de um contrato coletivo, sempre recusado pelas sucessivas administrações e pelas sucessivas tutelas, apesar das lutas que travaram.

Agora, no quadro da entrega da Carris à exploração capitalista, o Governo já coloca claramente a extinção da CarrisBus e a integração destes trabalhadores na subconcessionária. E porquê? Porque se a integração for feita desta forma os trabalhadores transitam fora do AE da Carris, e vão engrossar a bolsa de trabalhadores da concessionária que não estariam abrangidos pelos direitos consagrados no AE da Carris, ou seja, que estariam a ser ainda mais explorados. Além de que, acredita o Governo, a existência de uma importante quantidade de trabalhadores na subconcessionária sem os direitos do AE da Carris seria um mecanismo importante para que o futuro patrão conseguisse destruir a contratação coletiva e assim aumentar significativamente os seus lucros.

Só um Governo ao exclusivo serviço da acumulação capitalista assumiria tão descaradamente os verdadeiros objetivos da criação e projetada destruição da CarrisBus.

Estamos seguros que o processo de entrega da Carris à exploração capitalista será travado pela luta dos trabalhadores e dos utentes. Mas algo de positivo deverá ser retirado deste processo: a imediata reintegração da CarrisBus na Carris, com a integração de todos os seus trabalhadores na Carris e no Acordo de Empresa da Carris. O Governo acaba assim de abandonar a única

razão (falsa mas) legal invocada para essa separação: a da suposta melhor eficácia.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia, o seguinte:

- Porque não avança o Governo com a imediata reintegração da CarrisBus na Carris?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 6 de Maio de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)